



A HISTORIOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: mapeamento das teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2009 e 2021

Juliana de Mello Moraes¹

Claudinete de Fátima Oliveira²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de mapear e analisar os estudos realizados nos Programas de Pós-Graduação no Brasil sobre a história das instituições de educação infantil entre os anos de 2009 e 2021. O arco cronológico adota como princípio o ano da promulgação da segunda versão revisada e ampliada das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), documento de caráter mandatário que norteia o trabalho realizado com as crianças. A partir da consulta no Banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, constatamos o panorama das pesquisas realizadas no Brasil no referido período. Os temas abordados nos trabalhos, que constituíram o *corpus* desse estudo, exploraram os aspectos históricos de como se constituiu o atendimento infantil no Brasil, sua implantação e expansão em diferentes localidades, tais como cidades ou Estados. Constatamos ainda que a maioria dos estudos foi desenvolvida nas instituições de Ensino Superior localizadas nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Essas pesquisas apresentaram importantes considerações sobre a emergência das instituições de educação infantil. Concluímos, contudo, que ainda há muitos campos a serem explorados com relação à história da educação das crianças pequenas no país.

Palavras-chave: Educação Infantil. Produção Historiográfica. História da Educação.

THE HISTORIOGRAPHY OF CHILD EDUCATION INSTITUTIONS: mapping of theses and dissertations produced in Brazil between 2009 and 2021

¹ Doutora em História, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9419-1244>. E-mail: jmmoraes@furb.br

² Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7560-1789>. E-mail: claudineteo@furb.br

ABSTRACT

This article aims to map and analyze the studies carried out in the Graduate Programs in Brazil on the history of early childhood education institutions between the years 2009 and 2021. The chronological arc adopts as a principle the year of promulgation of the second revised version of the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (Brasil, 2009), a mandatory document that guides the work carried out with children. From the consultation in the database of the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in the Database of Theses and Dissertations of CAPES, we found the panorama of the research carried out in Brazil in that period. The topics addressed in the works, which constituted the corpus of this study, explored the historical aspects of how child care was constituted in Brazil, its implementation and expansion in different locations, such as cities or states. We also found that most of the studies were developed in higher education institutions located in the South and Southeast regions, in the Graduate Programs in Education. These researches presented important considerations regarding the emergence of early childhood education institutions. We conclude that there are many fields to be explored, regarding the history of education of young children in the country.

Keywords: Early Childhood Education. Historiographic Production. History of Education.

LA HISTORIOGRAFÍA DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN INFANTIL: mapeo de las tesis y disertaciones producidas en Brasil entre 2009 y 2021

2

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar los estudios realizados en los Programas de Postgrado en Brasil sobre la historia de las instituciones de educación infantil (Jardín de infancia) entre los años 2009 y 2021. El arco cronológico adopta como inicio el año de la promulgación de la segunda versión revisada y ampliada de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Infantil (Brasil, 2009), documento obligatorio que orienta el trabajo con los niños. Consultando la base de datos de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) y la Base de Datos de Tesis y Disertaciones de CAPES, encontramos el panorama de las investigaciones realizadas en Brasil durante ese período. Los temas abordados en los trabajos, que constituyeron el corpus de este estudio, exploraron los aspectos históricos de cómo se constituyó la educación infantil en Brasil, su implementación y expansión en diferentes lugares, como ciudades o estados. También encontramos que la mayoría de los estudios se desarrollaron en instituciones de Educación Superior ubicadas en las regiones Sur y Sudeste, en Programas de Postgrado en Educación. Estas investigaciones presentan importantes consideraciones con relación a la emergencia de las instituciones de educación infantil. Concluimos que hay muchos campos por explorar, en cuanto a la historia de la educación infantil de los niños entre 0 y 6 años en el país.

Palabras clave: Educación Infantil. Historiografía. Historia de la educación.

INTRODUÇÃO

As pesquisas nacionais e internacionais a respeito da infância e da educação infantil angariaram destaque na historiografia, principalmente, a partir da década de 1980. De acordo com Moura e Arend (2016), esses estudos foram precursores na trajetória da produção historiográfica sobre a infância e trilharam até as décadas seguintes, com fontes inovadoras, conteúdos variados e aportes teórico-metodológicos distintos. Esses novos estudos abordam uma miríade de temas e conectam a infância ao Estado, às práticas assistencialistas, às políticas públicas, aos cotidianos das crianças pobres e da elite, à educação, à família e maternidade (RIZZINI, 2011). Segundo Josiowicz e Zapiola (2022), os aspectos políticos, econômicos, geográficos, étnicos e de gênero articulam os significados e as representações atribuídos à infância nas abordagens mais recentes sobre as crianças, focando suas dimensões humanas, sociais, culturais e educativas (SILVA; SARAT; RODRIGUES, 2022).

3

Nesse contexto, a historiografia dedicada à História das instituições de Educação Infantil sinaliza a multiplicidade de concepções e o envolvimento de distintos setores no seu desenvolvimento. Desde finais do século XIX, os serviços prestados ao atendimento da criança pequena se articulavam às iniciativas: jurídico-policial, médico-higienista e religiosa da época (KULHMANN JR., 2015; SANTOS, 2015). Nesse período, o propósito de reforço ao patriotismo e às questões políticas se manifestou em medidas burocráticas que alteraram a conjuntura administrativa e os programas de atendimento à infância, como enfatiza Kramer (2011).

Entre o final do século XIX e início do século XX, a centralidade da infância nos discursos durante a formação e concepção da nação brasileira se conectou com as ações destinadas ao atendimento às crianças (RIZZINI, 2011). Assim, é possível considerar um diálogo entre o campo histórico e o jurídico, apontando as ações do Estado e da sociedade para garantir os cuidados à infância (MELO, 2020).

Entretanto, a legislação que reconheceu a criança pequena como sujeito de direitos, garantindo seu acesso à educação, só foi promulgada na segunda metade do século XX. O reconhecimento legal ocorreu somente após demandas da sociedade civil, a partir de mobilizações que, no final da década de 1980, impulsionaram as ações em prol da Constituinte, como o Movimento de Luta por Creche, Movimento Criança Pró-constituinte e o Movimento de Mulheres/Feminista (GUIMARÃES, 2017). Nesse contexto, se impulsionaram debates que contribuíram para a formulação das políticas públicas para a educação infantil. Contudo, nesse movimento, foi fundamental o reconhecimento da infância como categoria social e heterogênea, favorecendo a percepção das crianças como sujeitos de direitos (BATISTA e SCHMIDT, 2022).

Em 1988, a Constituição Federal, pela primeira vez na história do país, garantiu à criança pequena o acesso à educação, representando um marco significativo para a Educação Infantil. Esses direitos foram reafirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 significou uma conquista, principalmente, para a educação infantil, quando foi reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Entre os avanços legais, destaca-se ainda a promulgação da segunda versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI)³, documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação por meio do Parecer CNE\CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009) e a Resolução CNE\CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009). Esse dispositivo orienta as propostas pedagógicas para a educação infantil em todo território brasileiro.

Entretanto, apesar das mudanças que ocorreram no final do século XX, tal como referido acima, é preciso considerar o percurso histórico para a conformação da legislação e das políticas públicas que estabeleceram as bases para o atendimento à infância no país. Destaca-se que estudar história

³ Primeira versão das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 1 de 17/04/1999.

da infância e a educação infantil contribui para compreender “[...] a criança, não apenas como objeto de estudo, mas também como sujeito histórico, que durante o decorrer do tempo foi percebida e compreendida de diferentes formas pela sociedade” (MELO, 2020, p.1).

Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de mapear e analisar a produção sobre a história das instituições de educação infantil no Brasil, entre os anos de 2009 e 2021, realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação do país. Para tanto, realizou-se consulta no Banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O arco cronológico adota como princípio o ano da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), por representar um marco legal importante na história da educação infantil.

O mapeamento e a análise bibliográfica permitiram traçar um panorama dos estudos e estabelecer um enquadramento das produções sobre o objeto no intuito de contribuir com a elaboração de outras investigações (SEVERINO, 2007). Assim, esse levantamento bibliográfico valeu-se dos catálogos nacionais para avaliar os estudos realizados nos Programas de Pós-Graduação no Brasil sobre a história das instituições de educação infantil entre os anos de 2009 e 2021. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é indispensável para os estudos históricos, pois, em muitas situações, se apresenta como única maneira de conhecer os fatos passados.

Nota-se que as pesquisas sobre a história da educação infantil no país se desenvolveram e ampliaram consideravelmente seu universo de fontes, contemplando novas abordagens que contribuíram para a análise do tema (KUHLMANN JR., 2015). Essa historiografia dedicada à infância, ao ampliar o rol de temas e abordagens, expandiu seu leque documental acompanhando o movimento mais abrangente da área (Moura; Arend, 2016).

Nesse intento, destaca-se a importância dos estudos históricos para compreensão das questões relacionados à criança e à infância, bem como

sua educação. Tal produção historiográfica contribui para ampliar os horizontes sobre o campo educacional, permitindo o conhecimento de novas ideias e experiências (NÓVOA, 1999).

MAPEAMENTO, ANÁLISE E REFLEXÕES

O *corpus* documental desta pesquisa foi constituído pelos trabalhos elaborados nos Programas de Pós-Graduação do país sobre os aspectos históricos da educação infantil. Na pesquisa bibliográfica, realizada entre abril e maio de 2022, foram utilizados os seguintes descritores: história da educação Infantil no Brasil; creche; jardim de Infância; educação infantil; história da creche no Brasil; história dos jardins de infância e historiografia da educação Infantil. O foco residiu nos trabalhos que apresentaram as temáticas relacionadas à emergência da educação infantil no Brasil, seu processo de implantação e sua expansão. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, obtivemos 22 pesquisas relacionadas à história da educação infantil, sendo 16 dissertações e 06 teses. No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, localizamos 30 estudos que dialogaram com o assunto abordado, sendo 21 dissertações e 09 teses. Assim, o levantamento realizado nas duas plataformas constatou um total de 52 pesquisas. Considerando os estudos duplicados, foi possível obter como resultado 44 trabalhos, sendo 32 dissertações e 12 teses.

A partir dos resultados, foram organizados quadros de acordo com a temática contemplada nos títulos dos trabalhos, que se dividiram em instituição de educação infantil, jardim de infância e creche.

No que se refere às pesquisas que contemplaram a temática, foram localizados 17 trabalhos (13 dissertações e 04 teses) que teceram considerações a respeito da emergência dessas instituições no Brasil, como podemos constatar a seguir no Quadro 01.

QUADRO 01 – Dados informativos da pesquisa sobre a história as instituições de educação infantil (BDTD e CAPES)

Título	Ano	Autor (a)	Tipo	Instituição/PPG
1- Instituições para a educação da infância em Jundiá (1880-1984).	2009	VINAGRE, Elizabeth Silva Galastri	D	USF PPGE
2- Escola no parque: Processos de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) no século XX.	2010	TAVARES, Johelder Xavier	T	UFES PPGE
3- O processo histórico da educação infantil: Um olhar reflexivo a partir da realidade de Capivari do Sul.	2010	SILVA, Maria Cristina Dias de Souza	D	EST PPGT
4- Escola Infantil Canguru (1977-2005): Um estudo a partir de memórias e documentos.	2010	ESCOBAR, Vera Regina Bolsson	D	UNISINOS PPGE
5- A constituição da educação infantil no município de Aracruz-ES: Permanências e descontinuidades.	2013	LOMBA, Maria Lúcia de Resende	D	UFES PPGE
6- A emergência da docência na educação infantil no Estado de Santa Catarina: 1908 – 1949.	2013	BATISTA, Rosa	T	UFSC PPGE
7- O percurso histórico da educação infantil em Caruaru-PE: Tramas tecidas, ressignificadas e reconstruídas no período de 1979 a 1996.	2013	NASCIMENTO, Ana Michele de Almeida	D	UFPE PPGE
8- A educação infantil em Tubarão/SC: Um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969).	2014	DE PIERI, Marlise de Medeiros Nunes	D	UNISUL PPGE
9- A institucionalização da educação infantil no município de Cascavel: Uma abordagem histórica (1970-2013).	2015	PAGNONCEL LI, Claudia	D	UNIOESTE PPGE
10- A história da “Casa Escola o Infantil do Bom Senso” em Dourados-MS (1973 – 1986).	2015	SANTOS, Ronise Nunes dos	D	UFGD PPGE
11- A educação infantil em Goiás: Percursos e contradições nas décadas de 1980 e 1990.	2016	COSTA, Maria Aparecida	D	UFG PPGE
12- De “Zerinho” a centro de referência: Tradições, memórias e identidades na implantação da educação infantil no Colégio Pedro II.	2017	VENDAS, Alves, Fernanda	D	PUC – RIO PPGE
13- História da política de educação pré-escolar no Brasil de 1964 a 1993: Entre o texto e o discurso'.	2017	PRADO, Alessandra Elizabeth Ferreira Gonçalves	T	UFSCar PPGE
14- História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974 - 1990).	2018	RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza.	D	UFGD PPGE

15- A municipalização da educação infantil pública de Teresina: História, Educação e Memória (1996-2007).	2019	MELO, Pedro Thiago Costa	D	UFPI PPGE
16- Da assistência à educação infantil: A transição do atendimento à infância no município de Naviraí/MS (1995-2005).	2019	MONTIEL, Larissa Wayhs Trein	T	UFGD PPGE
17- História e memória da educação pré-escolar na democracia participativa em Uberlândia (1983-1988).	2021	SILVA, Fabiane Almeida	D	UFU PPGE

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022

Em linhas gerais, as pesquisas apresentadas no Quadro 01 abordaram a história das instituições de educação infantil, retratando a implantação desse atendimento em diferentes contextos entre os séculos XIX e XXI, como se pode constatar nos estudos de Vinagre (2009), sobre as primeiras iniciativas da educação à infância na cidade de Jundiá (SP), entre 1880-1984, e os estudos de Pagnoncelli (2015), a respeito da institucionalização da educação infantil no município de Cascavel, entre os anos de 1970 - 2013.

Destaca-se ainda, que alguns estudos contemplaram as questões religiosas e assistencialistas, como, por exemplo, a dissertação de Prieri (2014) com o histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas, em Tubarão (SC). Também, a pesquisa de Rodrigues (2018) que investigou o Clube de Mães criado a partir da iniciativa das mulheres católicas das classes mais abastadas do município, sendo as primeiras iniciativas de atendimento a criança pequena em Naviraí/MS.

Algumas pesquisas focaram a organização de determinadas instituições em contextos específicos. De acordo com os autores, as investigações contemplaram as memórias referentes à implantação, institucionalização e funcionamento da educação infantil, como se pode constatar na pesquisa de Escobar (2010), nos estudos de Santos (2015) ou ainda, no trabalho de Vendas (2017). Lomba (2013) abordou as permanências e as discontinuidades na implantação da educação infantil em Aracruz-ES. Montiel (2019) avaliou as questões referentes à transição da assistência para a implantação da educação infantil. Melo (2019) analisou a municipalização da educação infantil pública em Teresina, enquanto Silva (2010) realizou uma

investigação com foco no processo histórico da educação infantil em Capivari do Sul. Já as pesquisas de Batista (2013) e Costa (2016) evidenciaram a emergência da educação infantil em nível estadual, contemplando respectivamente os Estados de Santa Catarina e Goiás. Destacam-se também as pesquisas de Prado (2017) e Silva (2021) sobre a pré-escola, enfatizando as questões referentes à democracia participativa na educação.

Outros estudos concederam especial atenção à implantação dos jardins de infância e das creches, as quais se apresentaram como instituições pioneiras na origem da educação infantil no Brasil. Referente aos jardins de infância, foram localizados 17 trabalhos (11 dissertações e 06 teses) que contemplaram a história dessas instituições, como se verifica no Quadro 2.

QUADRO 02 – Dados informativos da pesquisa sobre a história dos jardins de infância (BDTD e CAPES)

Título	Ano	Autor (a)	Tipo	Instituição/PPG
1- Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná.	2010	PASCHOAL, Jaqueline Delgado	T	UEM PPGE
2- Primeiro Jardim de Infância de São João Del-Rei: Bárbara Heliadora.	2010	VERGARA, Julieno Lopes	D	UFSJ PPGE
3- Ninho Jardim Condessa Marina Regoli Crespi: de 1936 a 1965.	2011	DIAS, Ana Celina Cartaxo	D	UPM PPGE
4- Ritos e rituais na escolarização da infância em São Paulo (1896-1912).	2013	ALMEIDA, Aline Martins de	D	PUC-SP PPGE
5- O jardim de infância da Escola Americana, São Paulo: Continuidades e rupturas em sua trajetória histórica (1870 - 1942).	2014	SILVA, Maira Ignacio da	D	USF PPGE
6- Aspectos da educação infantil no Estado do Amazonas: O curso infantil Froebel no instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933).	2014	MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro	T	USF PPGE
7- Jardim de infância em Goiás (1928-1937): educação e processo civilizador.	2014	FONSECA, Lara Cariny Celestino	D	UFG PPGE
8- "Flores Mimosas": os debates acerca da implantação de jardins de infância público no Distrito Federal (1879-1909).	2015	Gama, Cintya Ribeiro	D	UERJ PPGE

9- Jardim de Infância Joana Ramos: Educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985).	2015	NASCIMENTO, Michelline Roberta Simões do	D	UNIT PPGE
10-Espinhos no Jardim: conflitos e tensões na criação do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911).	2015	MONÇÃO, Vinicius de Moraes	D	UFRJ PPGE
11- O modelo de educação do jardim de infância natalense (1908-1953).	2015	MENDES, Sarah de Lima	D	UFRN PPGE
12- Escola e infância: Processo de institucionalização dos jardins-de-infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930.	2018	TAVARES, Rachel Sousa	T	UFRN PPGE
13- A educação da criança pequena: o jardim de infância do centro municipal de assistência à criança em Aracaju (1944-1960).	2019	SANTOS, Ana Paula dos	D	UNIT PPGE
14- O Padre e o Jardim: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978 a 1992).	2019	SÁ, Ana Cristina de	D	UNIT PPGE
15- Representações sobre formação de professoras para jardins de infância em Santa Catarina (1920-1960): Estado, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas.	2020	SÁ, Patrícia Regina Silveira de	T	UFSC PPGE
16- Concepções de infância: Um estudo do manual para os jardins da infância do Dr. Menezes Vieira (1882).	2020	GONZALEZ, Keila Cristina Arruda Villamayor	T	UFSC PPGE
17- O Jardim de Infância do grupo escolar Henrique Emílio Meyer de Caxias do Sul/RS (1946-1956).	2021	ABREU, Elise Testolin De	T	UCS PPGE

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022

Os trabalhos apresentados no Quadro 02 analisaram a emergência dos jardins de infâncias em diferentes localidades no Brasil. O contexto histórico dessas instituições foi abordado por Paschoal (2010), em sua tese sobre o trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância paranaenses. Silva (2014) e Almeida (2013) apresentaram importantes contribuições sobre a história dos jardins de infância em São Paulo. Referente ao primeiro jardim de infância do Rio de Janeiro, destaca-se o estudo de Gonzalez (2020) sobre a concepção de infância presentes no manual pedagógico do Dr. Menezes

Vieira. Nessa direção, pontua-se o trabalho de Monção (2015), com a abordagem do primeiro jardim público no Rio de Janeiro e Miki (2014), com um estudo considerado inédito sobre a implantação desse atendimento infantil no estado do Amazonas.

As questões relacionadas à emergência dos jardins de infância e o processo civilizador foi evidenciada nas pesquisas de Fonseca (2014) e Gama (2015). Sá, A. C. (2019) que em sua dissertação realizou um estudo da educação infantil no sertão, através do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em Nossa Senhora da Glória (SE), no período de 1978 a 1992. Sá (2020), em sua tese, contemplou aspectos importantes dos jardins de infância entre os anos 1920 e 1960, em Santa Catarina, com estudos sobre as representações da formação de professoras para essas instituições, utilizando as contribuições de Roger Chartier. Nessa mesma linha destaca-se a pesquisa de Nascimento (2015). No Quadro 02, ainda constam as pesquisas de Mendes (2015), Tavares (2018), Abreu (2021) e Vergara (2010), sobre a implantação dos jardins de infância em diferentes contextos.

A partir da análise dos estudos apresentados no Quadro 02, constata-se que os jardins de infância que foram implantados em finais do século XIX, priorizaram o atendimento aos filhos das elites. Nessa perspectiva, essas crianças tiveram uma infância diferente, ou seja, com oportunidades que as crianças pobres não possuíam. Essas instituições foram inspiradas naquelas existentes em outros países, tendo como exemplo os *Kindergarten*⁴, criado por Froebel⁵ na Alemanha. Segundo Kishimoto (1999), em alguns países europeus e no Brasil, o jardim de infância froebeliano serviu como instrumento de discriminação social, pois seu propósito foi oferecer *status* superior às crianças das classes privilegiadas. Desse modo, as propostas internacionais marcaram

⁴ *Kindergarten* é um termo proveniente do alemão *kind*, criança, e *garten*, jardim. O Jardim de Infância foi criado por Friedrich Froebel (1782-1852) para educar as crianças pequenas. Criado em 1840 na Alemanha foi, ao longo dos anos, se disseminado para outras nações. (FONSECA, 2014).

⁵ Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852) foi o pedagogo alemão responsável por inaugurar uma teoria educacional voltada para a criança de 0 a 6 anos de idade, instituindo o primeiro jardim de infância na Alemanha em 1837 (SANTOS; MOLINA, 2019).

as implantações das primeiras instituições de ensino, sendo consideradas um excelente “modelo” a ser seguido.

Com relação à creche, foram encontrados 10 trabalhos (07 dissertações e 03 teses) que se encontram especificados a seguir no Quadro 3. Esses estudos enfatizaram as peculiaridades e os objetivos com relação ao atendimento da criança pequena ao longo do tempo.

QUADRO 03 – Dados informativos da pesquisa sobre a história das creches (BDTD e CAPES)

Título	Ano	Autor (a)	Tipo	Instituição/PPG
1- Educar a infância: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986).	2009	MANTAGUTE, Elisângela Largas Luzviak	D	UFPR PPGE
2- Creches comunitárias e democracia participativa: Novas perspectivas à infância Uberlandense (1983-1988).	2010	FERREIRA, Vanessa de Souza	D	UFU PPGE
3- Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984).	2011	SCAVONE, Darci Terezinha de Luca	D	USF PPGE
4- Práticas e representações da institucionalização da infância: bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990).	2014	CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini	T	UNISINOS PPGE
5- História da creche municipal em Sorocaba.	2015	FARIA, Ilza Fernandes	D	UNISO PPGE
6- "Não ficarão mais ao deus dará: Já existem as creches"! História da educação infantil em creches públicas de Curitiba: Entre normas e práticas - 1977 a 2003.	2017	MANTAGUTE, Elisângela Largas Luzviak	T	UFPR PPGE
7- A creche Ignácio de Loyola Torres" (1966-1997) e o berçário municipal "Mãe Cristina" (1997-2013), na história da educação infantil em Marília SP.	2018	MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias	D	UNESP PPGE
8- Com quem ficam os nossos filhos quando a gente sai para trabalhar": o cuidar e o educar na programação e nas propostas de atendimento das creches da rede direta paulistana (1969 a 1982).	2019	CAMARU, Juliana Dos Santos	D	UNIFESP PPGE

9- Paulistinha, a creche universitária da UNIFESP: a construção identitária de uma história multifacetada (1971 a 1996).	2019	OLIVEIRA, Rosana Carla De	D	UNIFESP PPGE
10- Infância e Educação no início do Século XX: materialidades, práticas e representações. O acervo da Creche Baroneza de Limeira.	2020	OLIVEIRA, Carla de	T	UNICAMP PPGE

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022

A partir do Quadro 03, constata-se que os estudos sobre a implantação das creches abordam diversas cidades do Brasil. Mantagute (2009; 2017) apresentou importantes informações sobre as creches em Curitiba (PR). Ferreira (2010), Scavone (2011) e Conceição (2014) atentaram para a emergência das creches em diferentes localidades, contemplando os aspectos históricos, políticos e econômicos que permearam a emergência dessas instituições.

No Quadro 03, se apresentam ainda, as pesquisas de Farias (2015), Camuru (2019), Marquezeli (2018) e Oliveira (2019), realizadas em São Paulo sobre a implantação das creches, revelando que este Estado foi um dos pioneiros na realização desse atendimento à criança pequena.

Kuhlmann Jr. (1996) pontua que as creches ocuparam o cenário da assistência à infância brasileira, pois se destinavam “às crianças pobres, voltadas para o seu cuidado e educação moral e física, subordinadas aos órgãos de saúde pública ou de assistência” (SÁ, 2006, p. 42). A infância exposta à vulnerabilidade era considerada um perigo para a ordem social. Nessa perspectiva, a infância pobre era compreendida como exótica e perigosa para os grupos economicamente abastados, porque não se encaixava nos modelos pré-estabelecidos (CAVALCANTE, 2021).

De acordo com estudos apresentados, as creches foram caracterizadas pelo viés assistencialista, sendo uma alternativa para suprir as necessidades sociais e econômicas das populações. Segundo Kishimoto (1988), o objetivo dessa instituição era amparar a infância pobre, em instalações inadequadas e com procedimentos que não priorizavam a preocupação educativa.

Inclusive, eram muitas vezes apontadas como “depósitos de crianças”, com a predominância de práticas adultocêntricas⁶, que resultava na invisibilidade da criança. Cavalcante (2021) enfatiza que a infância na perspectiva adultocêntrica se apresenta padronizada, situação que atinge muitas vezes as crianças mais pobres. Nessa perspectiva, a educação nesses espaços não seria sinônimo de emancipação, mas de submissão, de acordo com Kuhlmann Jr. (2015).

Frente ao exposto, considera-se que a educação da pequena infância, realizada fora dos limites domésticos teve sua origem nas duas instituições decididas a esse fim: a creche e o jardim de infância (NASCIMENTO, 2016). Enquanto, o jardim de infância se constituía na instituição educativa por excelência, a creche e as escolas maternas seriam assistências, assim, não educariam para a emancipação, mas para a subordinação (KUHLMANN JR., 1999). Nesse contexto, apresenta-se um dualismo no atendimento à pequena infância que se perpetuaria até os dias atuais, pois prevalece a dicotomia existente entre a divisão do cuidar e o educar nas instituições de educação infantil.

Conforme os Quadros 01, 02 e 03, os estudos abordam questões relevantes sobre a história da educação infantil no Brasil e se fundamentam em amplo referencial teórico, contemplando autores nacionais e internacionais⁷. Como podemos constatar no Quadro 04:

QUADRO 04 – Informativos sobre os referenciais teóricos das pesquisas (BDTD e CAPES)

Autores mais citados (Referencial Teórico)	Autores das dissertações e teses
Irene Rizzini	Silva (2021), Gonzalez (2020), Oliveira (2020), Camuru (2019), Marquizeli (2018), Gama (2015), Mendes (2015), Monção (2015), Pagnoncelli (2015), De Piere (2014), Fonseca (2014), Nascimento (2013), Ferreira (2010).

⁶ “O termo adultocentrismo é o ato do adulto construir suas práticas sociais e pedagógicas focando apenas no seu entendimento e não considerando a criança como ativa, protagonista. Compreendendo que a infância é um período de preparação para o futuro e a criança como alguém inferior, menor.” (FARIA; SANTIAGO, 2015, p. 73)

⁷ Como, por exemplo, os autores franceses: Philippe Ariès e Roger Chartier.

Fúlvia Maria de Barros Mott Rosenberg	Silva (2021), Camuru (2019), Montiel (2019), Oliveira (2019), Sá (2019), Marquizeli (2018), Rodrigues (2018), Mantagute (2017), Faria (2015), Pagnoncelli (2015), Santos (2015), Conceição (2014), Batista, (2013), Lomba (2011), Scavone (2011), Ferreira (2010), Silva (2010), Mantagute (2009).
Maria Célia Malta Campos	Camuru (2019), Montiel (2019), Oliveira (2019), Marquizeli (2018), Rodrigues (2018), Mantagute (2017), Vendas (2017), Costa (2016), Faria (2015), Santos (2015), Conceição (2014), Batista, (2013), Scavone (2011), Ferreira (2010), Silva (2010).
Mary Lucy Murray Del Priore	Abreu (2021), Rodrigues (2018), Costa (2016), Nascimento (2015), Pagnoncelli (2015), Batista, (2013), Lomba (2011), Escobar (2010), Silva (2010), Mantagute (2009), Vinagre (2009).
Moysés Kuhlmann Junior	Abreu (2021), Silva (2021), Gonzalez (2020), Oliveira (2020), Camuru (2019), Melo (2019), Montiel (2019), Sá (2019), Oliveira (2019), Marquizeli (2018), Rodrigues (2018), Tavares (2018), Mantagute (2017), Prado (2017), Vendas (2017), Costa (2016), Gama (2015), Faria (2015), Nascimento (2015), Mendes (2015), Monção (2015), Pagnoncelli (2015), Santos (2015), Conceição (2014), De Piere (2014), Fonseca (2014), Miki (2014), Silva (2014), Almeida (2013), Batista, (2013), Nascimento (2013), Scavone (2011), Lomba (2011), Ferreira (2010), Paschoal (2010), Silva (2010), Vergara (2010), Mantagute (2009), Vinagre (2009).
Philippe Ariès	Abreu (2021), Oliveira (2020), Sá (2019), Rodrigues (2018), Mantagute (2017), Faria (2015), Mendes (2015), Nascimento (2015), Monção (2015), Santos (2015), Fonseca (2014), Silva (2014), Batista, (2013), Nascimento (2013), Escobar (2010), Ferreira (2010), Silva (2010), Mantagute (2009).
Roger Chartier	Abreu (2021), Silva (2021), Gonzalez (2020), Oliveira (2020), Sá (2020), Sá (2019), Melo (2019), Mantagute (2017), Tavares (2018), Prado (2017), Mendes (2015), Nascimento (2015), Santos (2015), Conceição (2014), Scavone (2011),
Sonia Kramer	Abreu (2021), Silva (2021), Sá (2020), Camuru (2019), Montiel (2019), Oliveira (2019), Sá (2019), Marquizeli (2018), Rodrigues (2018), Tavares (2018), Mantagute (2017) Vendas (2017), Costa (2016), Faria (2015), Mendes (2015), Nascimento (2015), Pagnoncelli (2015), Santos (2015), Conceição (2014), Fonseca (2014), Batista, (2013), Nascimento (2013), Lomba (2011), Ferreira (2010), Paschoal (2010), Silva (2010), Vergara (2010), Mantagute (2009).
Tizuko Morchida Kishimoto	Abreu (2021), Silva (2021), Gonzalez (2020), Oliveira (2020), Sá (2020), Camuru (2019), Montiel (2019), Oliveira (2019), Tavares (2018), Rodrigues (2018), Gama (2015), Faria (2015), Mendes (2015), Monção (2015), Nascimento (2015), Santos (2015), Fonseca (2014), Miki (2014), Silva (2014), Almeida (2013), Batista, (2013), Scavone (2011), Paschoal (2010), Vergara (2010), Vinagre (2009).

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Como se depreende a partir do quadro acima, alguns autores são recorrentes nas pesquisas sobre a educação infantil, destacando-se Moysés Kuhlmann Junior, Sonia Kramer e Tizuko Kishimoto. Os franceses Roger Chartier e Philippe Ariès também embasam as investigações, revelando a importância da História Cultural e da História da Infância de matriz francesa no desenvolvimento das análises.

Referente ao ano de conclusão das pesquisas é possível ressaltar um crescente interesse pelo tema, respectivamente, nos anos de 2010, 2015 e 2019, como se constata a seguir na Tabela 01.

TABELA 01 – Ano de publicação das pesquisas (BDTD e CAPES)

Ano de publicação (Dissertações e Teses)	Quantidade de pesquisas sem duplicação
2009	2
2010	6
2011	2
2012	-
2013	4
2014	5
2015	7
2016	1
2017	3
2018	3
2019	6
2020	3
2021	2
Total Geral	44

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Com relação ao aporte metodológico das pesquisas, constata-se que elas foram de natureza qualitativa, principalmente, de cunho documental e bibliográfico. Com fontes orais, escritas e visuais, que contemplaram análise de variado leque de documentos históricos, tais como leis, revistas, jornais, fotografias e imagens, questionários e entrevistas. Nessa direção, é possível apontar a relevância das fontes para realização das pesquisas sobre a história da educação.

Considerando-se que as fontes são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica que nos permite atingir o conhecimento da história da educação brasileira, releva de importância o desenvolvimento de uma preocupação intencional e coletiva com a geração, manutenção, organização, disponibilização

e preservação das múltiplas formas de fontes da história da educação brasileira (SAVIANI, 2006, p. 33).

Com esse mapeamento, constatou-se que 21 pesquisas foram elaboradas na região Sudeste, 11 na região Sul, 05 no Centro-Oeste, 07 no Nordeste e nenhuma universidade da região Norte⁸, resultado que acompanha o panorama da pós-graduação em Educação no Brasil. Somente uma pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola Superior de Teologia.

Referente à procedência institucional, pontua-se que os 44 estudos foram realizados em 28 instituições de Ensino Superior, apresentadas nos quadros: Quadro 01, 02 e 03. A Universidade de São Francisco (USF), localizada em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, acolheu a maior quantidade de trabalhos nessa temática, com quatro pesquisas. Em seguida temos a Universidade Federal de Santa Catarina com três pesquisas, a Universidade Federal da Grande Dourados com três pesquisas e a Universidade Tiradentes com outras três pesquisas.

Com relação à procedência das pesquisas, a maioria foi produzida nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Somente a dissertação de Silva (2010), que abordou o processo histórico da educação infantil em Capivari do Sul, foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Teologia. Mesmo se tratando de pesquisas de teor histórico, não se localizou estudos sobre o tema elaborados no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História. O que revela a pouca atenção concedida a essa temática pelos pesquisadores da área da História, demonstrando a necessidade de observar mais atentamente as crianças nas análises historiográficas, considerando a importância desse grupo (MOURA; AREND, 2016).

⁸ Embora haja pesquisas que abordem a região, como aquela intitulada "Aspectos da educação infantil no Estado do Amazonas: O curso infantil Froebel no instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)", sua realização ocorreu em instituição localizada estado de São Paulo.

O conjunto de pesquisas analisadas pontuaram aspectos do percurso histórico da educação infantil, destacando as reivindicações que se organizaram em prol desse atendimento às crianças pequenas.

O caminho percorrido pelo atendimento à infância no Brasil, até chegar à Educação Infantil, passou também pela luta dos movimentos por creches mobilizadas por mães trabalhadoras e mães de classe média, vinculadas ao processo de redemocratização do país, sendo que durante as décadas de 1970 e 1980, a ação era na direção do imperativo de se tornar direito a Educação Infantil. O final da década de 1980 foi demarcado pela ação dos movimentos sociais em prol da Constituinte, dentre eles, o Movimento Criança Pró-constituinte e o Movimento de Mulheres/Feminista (GUIMARÃES, 2017, p. 121).

Assim, compreende-se que a educação infantil se constituiu como resultado de muitas lutas desde o início quando foi reivindicado um espaço para as crianças e durante as mobilizações em favor do reconhecimento dos direitos das crianças pequenas. Entretanto, na atualidade, a luta em prol do acesso à educação infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos continua. Como ressalta Conceição: “impasses e conquistas compõe o contexto nacional, desenhando um quadro de permanências e mudanças no campo do atendimento institucional à primeira infância” (2019, p. 689).

Desse modo, apresenta-se a necessidade de conceber a educação como prática social interessada; de assumir a educação como um direito político, social e cultural; defendendo a educação infantil pública e de qualidade para todas as crianças (BARBOSA, 2013). Enfatiza-se, ainda, a importância da efetivação das políticas educacionais, para que o acesso a essa etapa da educação possa ser ampliado, contemplando todas as crianças, independente do grupo econômica a que pertencem.

Nesse sentido, é preciso considerar a criança, não apenas como sujeito histórico, que no decorrer do tempo foi sendo percebida e compreendida de diferentes formas pela sociedade, mas em relação às suas especificidades na implantação das referidas instituições de educação da criança, de acordo com seu contexto histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, esse estudo possibilitou compreender o cenário da produção acadêmica referente à História das instituições de educação infantil, nos Programas de Pós-Graduação do país. As produções analisadas evidenciaram os trabalhos referentes à emergência dos jardins de infância e das creches em diferentes localidades do país. No entanto, destaca-se que a maioria dos estudos abordou o histórico dessa implantação na região Sudeste, revelando-se como o berço das primeiras instituições de educação infantil.

Todavia, é fato que a maioria desses estudos também foi realizada na região Sudeste, seguido da região Sul, o que retrata o panorama dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país. Igualmente, é possível observar que mesmo se tratando de pesquisas históricas, nenhuma foi realizada nos Programas de Pós-Graduação em História, demonstrando o pouco interesse nessa temática entre os historiadores. Contudo, enfatiza-se a importância dos estudos históricos realizados na área da educação infantil, como parte fundamental da História da Educação brasileira.

Compreende-se que os temas abordados nas pesquisas são de grande relevância, tendo em vista que a realidade dessas instituições na atualidade é resultado de um percurso histórico, que demandou a organização de movimentos da sociedade civil, em prol dos direitos das crianças pequenas. Essas reivindicações garantiram direitos legais que precisam ser efetivados e mantidos para que a educação infantil possa ser reconhecida na prática como uma das etapas da Educação Básica, libertando-se das heranças do assistencialismo que ainda permanecem em muitas instituições, fruto da dicotomia entre o cuidar e o educar e a predominância de práticas autocêntricas nesses espaços.

Esse estudo constatou que, a história da educação infantil no Brasil, ainda tem muitos campos a serem explorados com relação à emergência das instituições que atendiam as crianças pequenas. Finalmente, destaca-se a importância das pesquisas presentes no *corpus* desta investigação e as suas contribuições para o campo da História da Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G. Formação de professores em diferentes contextos: historicidade, desafios, perspectivas e experiências formativas na educação infantil. **Póesis Pedagógica**. Catalão-GO, v.11, n.1, p. 107-126, jan/jun. 2013. Doi: 10.5216/rpp.v11i1.27001. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poesis/article/view/27001>. Acesso em 03 de ago. 2022.

BATISTA, R.; SCHMIDT, L. L. Centro de puericultura Beatriz Ramos: berço da creche em Santa Catarina na década de 1940. **Zero-a-Seis**, v. 24, n. 45, p. 67-96, 2022. Doi: 10.5007/1518-2924.2022.e85221. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/85221>. Acesso em 03 de ago. 2022.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº22, de 7/12/98. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 1 de 17/04/1999. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20, de 11/10/2009. Brasília, MEC, 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº5, de 17/12/2009. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei n.º 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná - Imprensa Oficial, 1990.

CAVALCANTE, E. B. T. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. **Fronteiras**, v. 23, n. 42, p. 196-215, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em 13 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, C. M. C. A Legião Brasileira de Assistência e o Atendimento à Infância no Brasil: O Projeto Nacional de Creches Casulo. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 14, n. 2s1, p. 670-692, 2019. Doi: 10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p670-692. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/7093>. Acesso em: 02 ago. 2022.

FARIA, A. L. G.; SANTIAGO, F. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente desconalizadora é preciso. **Educação e Fronteiras Online**. Dourados-MS v.5, n13, p.72-85, jan/abr. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/markley,+Artigo+Flavio+e+AnaL%C3%BAcia+UNICAMP+\(3\)++com+corre%C3%A7%C3%B5es++dos+autores%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/markley,+Artigo+Flavio+e+AnaL%C3%BAcia+UNICAMP+(3)++com+corre%C3%A7%C3%B5es++dos+autores%20(1).pdf). Acesso em, 14 abr. 2022.

FONSECA, L. C. C. **Jardim de infância em Goiás (1928-1937)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Educação, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4. ed. – São Paulo: Atlas 2002.

GUIMARÃES, C.M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

JOSIOWICZ, A.; ZAPIOLA, M. C. Apresentação da Seção Temática Infâncias e Juventudes: Perspectivas Transnacionais e Interseccionais. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 36, p. e0200, 2022. DOI: 10.5965/2175180314362022e0200. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314362022e0200>. Acesso em: 25 jul. 2022.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KISHIMOTO, M. T. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. In: **Educação e Sociedade**, nº 68. Campinas, SP: Cedes, 1999. p. 71 – 79. Doi: 10.1590/S0101-73301999000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jmtCsHtZ8tVGsv3XrktJxsd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2022.

KRAMER, S. **A política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 9ª ed, v.3 – São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., M. As exposições internacionais e a difusão das creches e jardins de infância (1867-1922). **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 7, n. 3, p. 24-35, 1996.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação infantil pós - LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 1999.

KUHLMANN, JR., M., **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MELO, J. S. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, jan. 2020. DOI: 10.18264/REP. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MOURA, E. B. B.; AREND, S. M. F.. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In: CARDOZO, J. C. da S.; CESAR, T.; SILVA, J. F.; et. al. (Orgs.). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: OIKOS, 2016, p. 37-57.

NASCIMENTO, M. L. Do substituir e compensar para o educar e cuidar: a convergência da história, da pesquisa e da legislação da Educação Infantil. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 117-139, 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/73>. Acesso em: 3 ago. 2022.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: FEUSP, v.25, n.1, p. 11-20, jan-jun, 1999.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ, F. E. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo/SP.

SANTOS, J. D. dos; MOLINA, A. A. Friedrich Froebel: o contexto europeu do século XIX e os jardins de infância. **Pedagogia em Foco**, v. 14, n. 12, p. 6-25, 2019.

SANTOS, R. N. dos. **A história da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” em Dourados-MS (1973 - 1986)**. / Dourados: UFGD, 2015. Disponível



em:<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1505/1/RoniseNunes dosSantos.pdf> Acesso dia 20 de abril de 2022.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago.2006.

Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf/fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, L. C. da; SARAT, M.; RODRIGUES, N. A. EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA: HISTÓRIAS NA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 11, n. 19, p. 19-42, 2022.

Recebido em: 10 de outubro de 2022.

Aprovado em: 04 de maio de 2023.

Publicado em: 21 de junho de 2023.

